Lei Complementar n.º 099/2002

De, 20 de maio de 2002.

Dispõe sobre plano de carreira e classificação de cargos e empregos, salários, quadro de pessoas, evolução e progressão funcional do Magistério Público Municipal, revoga as Lei 048/98, de 12 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Serrinha dos Pintos**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ELE sanciona a seguinte Lei Complementar:

## CAPÍTULO I

### Das Disposições Preliminares

**Art. 1º -** Esta lei dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do Plano de Carreira do Magistério público Municipal.

#### Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

- I- Rede municipal de ensino é o conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação;
- II- Magistério Público Municipal que é formado pelo conjunto de profissionais da educação titulares do cargo de professor, do ensino publico municipal;
- III- Professor é o titular de cargo de Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de magistério;.
- IV- Funções de magistério são as atividades de docência e de suporte pedagógico direto a docência, sendo incluídas as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

An

# CAPÍTULO II DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL Seção I Dos Princípios Básicos

**Art. 3º -** A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

- I- a profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;
- II- a valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;
- III- a progressão através de mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas.

# Seção II Da Estrutura da Carreira Subseção I Disposições Gerais

- Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelo cargo de provimento efetivo de professor e estruturada em cinco (05) classes;
- § 1º Cargo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições com estipêndio especifico, denominação própria,numero certo e remuneração pelo poder público, nos termos da lei.
- § 2º Classe é o agrupamento de cargo genericamente semelhante em que se estrutura a Carreira.
- § 3º A Carreira do Magistério Público Municipal abrange o ensino fundamental e médio e a educação infantil.
- § 4º O ingresso na Carreira dar-se-á na classe inicial, no nível correspondente à habilitação do candidato aprovado em concurso público.
- § 5º O exercício profissional do titular do cargo de professor será vinculado à área de atuação para a qual tenha prestado concurso público, ressalvado o exercício, a título precário, quando habilitado para o magistério em outra área de atuação e indispensável para o atendimento de necessidade do serviço.
- § 6º O titular de cargo de professor poderá exercer, de forma alternada ou concomitante com a docência, outras funções de magistério, se atendidos os seguintes requisitos:

A



I- formação em pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação especifica para o exercício de função de suporte pedagógico;

II- experiência de, no mínimo, dois anos de docência.

## Subseção II Das Classes e dos Níveis

Art. 5º - As classes constituem a linha de promoção da carreira do titular de cargo de professor e são designados pelos algarismos romanos de I a V;

§ 1º - Os cargos de professor serão distribuídos pelas classes em proporção decrescente, da inicial a final.

 $\S 2^{\circ}$  - O numero de cargos de cada classe será determinado anualmente por ato do Poder Executivo.

Art 6° - Os níveis, referente à habilitação do titular do cargo de

Nível 01:

Professor, são:

Formação em nível médio, na modalidade normal (MAGISTÉRIO); Nível 02:

Formação em nível superior, em curso de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a área de conhecimento especifica do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;

Nível 03:

Formação em nível de pós-graduação (Especialização), em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.

Nível 04:

Formação em nível de pós-graduação (Mestrado), em cursos na área de educação.

Nível 05:

Formação em nível de pós-graduação (Doutorado), em cursos na área de educação.

- I A mudança de nível é automática e vigorará no exercício seguinte àquele em que o interessado apresentar o comprovante da nova habilitação.
  - II O nível é pessoal e não se altera com a promoção.

## Seção III Da Promoção

Art. 7º - Promoção é a passagem do titular de cargo de professor de uma classe para outra imediatamente superior;

B



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

Rua Eugênio Costa, 72 – CEP 59808-000 – Telefax. 398 0020 C. G. C. 01.613.858/0001 - 94

- § 1º A promoção, decorrerá de avaliação que considera o desempenho, a qualificação em instituições credenciadas e os conhecimentos do professor,
- § 2º A promoção, observada o número de vagas da classe seguinte, obedecerá à ordem de classificação dos integrantes da classe que tenham cumprido o interstício de três anos de efetivo exercício, incluindo o mínimo de um ano de docência.
- § 3º A avaliação de desempenho será realizada anualmente, enquanto a pontuação de qualificação e a avaliação de conhecimentos ocorrerão a cada três anos.
- § 4º A avaliação de desempenho, a aferição da qualificação e a avaliação de conhecimentos serão realizadas de acordo com, os critérios definidos no regulamento de promoções
- § 5º A avaliação de conhecimentos abrangerá a área curricular em que o professor exerça a docência e conhecimentos pedagógicos.
- § 6° A pontuação para promoção será determinada pela média ponderada dos fatores a que se referem os parágrafos 1° e 2° e tomando –se:
  - I- A média aritmética das avaliações anuais de desempenho, com peso 1 (um);
  - II- A pontuação da qualificação, com peso 2 (dois);
  - III- A avaliação de conhecimento, com peso 3 (tres);
  - IV- O tempo de exercício em docência, com peso 4 (quatro).
- § 7º As promoções serão realizadas anualmente, na forma de regulamento, e publicadas no Dia do Professor.

### <u>Seção IV</u> Da Qualificação Profissional

- **Art. 8º** A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observando os programas prioritários, em especial o de habilitação dos professores leigos.
- **Art.** 9° A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do professor de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para: Freqüência a cursos de formação, aperfeiçoamento e ou especialização em instituições credenciadas.
- **Art. 10 -** Após cada quinquênio de efetivo exercício, o professor poderá, no interesse do ensino, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses para participar de curso de qualificação profissional, observando o disposto no art 8°.

Parágrafo único - Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis.

1

### Seção V Da Jornada de Trabalho

**Art. 11 -** A jornada de trabalho do professor poderá ser parcial ou integral, correspondendo, respectivamente, a:

I - (40) Quarenta horas semanais.

a) - A jornada de trabalho do professor em função docente inclui (25) vinte e cinco horas de aula, (5) cinco horas de atividades, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, a preparação e avaliação do trabalho didático, a (5) cinco horas de aula para colaboração com a administração da escola, em reuniões pedagógicas e a articulação com a comunidade e (5) cinco horas de aula para o aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da escola.

**Parágrafo único -** Na convocação de que trata o caput deste artigo deverá ser resguardada a proporção entre horas de aula e horas de atividade quando para o exercício da docência.

**Art. 12 -** Ao professor em regime de (40) quarenta horas semanais pode ser concedido o adicional de dedicação exclusiva, para a realização de projeto especifico de interesse do ensino, por tempo determinado.

**Parágrafo único** - O regime de dedicação exclusiva implica, além da obrigação de prestar (40) quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos completos, o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

**Art 13 -** A convocação para a prestação de serviço em regime de (40) quarenta horas semanais e a concessão do incentivo de dedicação exclusiva dependerão de parecer favorável da Comissão de Gestão do Plano de Carreira.

**Parágrafo único** - A interrupção da convocação e a suspensão da concessão do incentivo do que trata o caput do artigo ocorrerão:

- I- A pedido do interessado;
- II- Quando cessada a razão determinante da convocação ou da concessão;
- III- Quando expirado o prazo de concessão do incentivo;
- IV- Quando descumpridas as condições estabelecidas para a convocação ou a concessão do incentivo.

Seção VI
Da Remuneração
Subseção I
Do Vencimento

A

Art. 14 - A remuneração do professor corresponde ao vencimento relativo à classe e ao nível de habilitação em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

**Parágrafo único -** Considera-se vencimento básico da Carreira o fixado para a classe inicial, no nível mínimo de habilitação.

Art. 15 - Além do vencimento, o professor fará jus às seguintes vantagens;

- I Gratificações:
  - a) pelo exercício de direção ou vice-direção de unidades escolares;
  - b) pelo exercício em escola de dificil acesso ou provimento.

#### II - Adicionais:

- a) por tempo de serviços;
- b) pelo trabalho em regime de dedicação exclusiva.
- § 1º As gratificações não são cumulativas.

**Art. 16 -** A gratificação pelo exercício em escola de difícil acesso ou provimento corresponderá a até 5 (cinco por cento) do vencimento básico de carreira.

**Parágrafo único** - A classificação das unidades escolares de difícil acesso ou provimento será fixada anualmente, por proposição da Comissão de Gestão do Plano de Carreira.

Art. 17 - O adicional por tempo de serviço, será equivalente a 5% (cinco por cento) do vencimento básico da carreira ou do vencimento do profissional do magistério, por (5) cinco anos de efetivo exercício, observado o limite de vinte e cinco por cento.

**Art. 18 -** O adicional pelo trabalho em regime de dedicação exclusiva corresponderá a 20% (vinte por cento) do vencimento básico da carreira.

## <u>Subseção III</u> Da Remuneração pela convocação em regime suplementar

**Art. 19 -** A convocação em regime suplementar será remunerada proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho do titular de cargo de professor.

1



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

Rua Eugênio Costa, 72 – CEP 59808-000 – Telefax. 398 0020 C. G. C. 01.613.858/0001 - 94

Art. 20 - O período de férias anuais do titular de cargo de professor

será:

- I- Quando em função docente, de (45) quarenta e cinco dias;
- II- Nas demais funções, de (30) trinta dias.

Parágrafo único - As férias do titular de cargo de professor em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias em recessos escolares, de acordo com calendários anuais, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

## Seção VIII Da cedência ou cessão

- Art. 21 Cedência ou cessão é o ato pelo qual o titular do cargo de professor é posto ã disposição de entidade ou órgão não integrante da rede municipal de ensino.
- § 1º A cedência ou cessão será sem ônus para o ensino municipal e será concedida pelo prazo Maximo de um ano, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes
- $\S 2^{\circ}$  Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal:
  - I- Quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial; ou
  - II- Quando a entidade ou órgão solicitante compensar a rede municipal de ensino com um serviço de valor equivalente ao custo anual do cedido.
- § 3º A cedência ou cessão para exercício de atividades estranhas ao magistério interrompe o interstício para a promoção.

## Seção IX Da Comissão de Gestão do plano de Carreira

Art. 22 - É instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com a finalidade de orientar sua implantação e operacionalização.

**Parágrafo único** - A Comissão de Gestão será presidida pelo Secretario Municipal de Educação e integrada por representantes das Secretarias Municipais de Administração, da Fazenda e da Educação e, paritariamente, de entidade representativa do magistério público municipal.

B

## CAPITULO III Seção II Das Disposições finais

Art. 23 - O valor dos vencimentos referentes às classes da Carreira do Magistério Público Municipal será obtido pela aplicação dos coeficientes seguintes sobre o valor do vencimento básico da Carreira, conforme Anexos I e II.

**Parágrafo único** - É fixado em R\$ 200,00 (Duzentos Reais) o valor do menor vencimento básico da carreira, e será modificado toda vez que o salário mínimo nacional apresentar novo valor.

Art. 24 – As vagas para o quadro funcional em exercício efetivo darse-á através de concurso público, respeitado a criação dos cargos através de Lei, sendo nesta implantação deste Plano para o Magistério, conforme Anexo III.

Art. 25 - O exercício das funções de direção e vice-direção de unidades escolares é reservado preferencialmente aos integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal com o mínimo de dois anos de docência.

Art. 26 – Ficam criados conforme Anexo IV os cargos comissionados, na área de educação.

Art. 27 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos/RN, 20 de maio de 2002.

Luiz Gonzaga de Queiroz Prefeito Municipal



# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS Rua Eugênio Costa, 72 – CEP 59808-000 – Telefax. 398 0020 C. G. C. 01.613.858/0001 - 94

### ANEXO I

VENCIMENTOS DE PROFESSORES POLIVALENTES PAD-IV 40 HORAS										
									Escolaridade Padrão Nível I Nível II Nível III Nível IV Nível V	
Magistério	В	221,52	232,60	244,23	256,44	269,26				
Licenciatura Curta	C	290,86	305,40	320,67	336,71	353,54				
Licenciatura Plena	D	360,00	378,00	396,90	416,75	437,58				
Especialização	E	443,04	465,32	488,58	513,01	538,66				
Mestrado	F	540,21	567,22	595,58	625,36	656,63				
Doutorado	G	664,99	698,24	733,15	769,81	808,30				

VENCIMENTOS DE PROFESSORES POLIVALENTES PAD-IV										
20 HORAS										
Escolaridade Padrão Nível I Nível II Nível III Nível IV Nível V										
Magistério	В	110,76	116,30	122,11	128,22	134,63				
Licenciatura Curta	C	145,43	152,70	160,34	168,35	176,77				
Licenciatura Plena	D	180,00	189,00	198,45	208,37	218,79				
Especialização	E	221,58	232,66	244,29	256,50	269,33				
Mestrado	F	270,10	283,60	297,79	312,67	328,31				
Doutorado	G	332,50	349,13	366,58	384,91	404,16				



# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS Rua Eugênio Costa, 72 – CEP 59808-000 – Telefax. 398 0020 C. G. C. 01.613.858/0001 - 94

#### ANEXO II

VENCIMENTOS DE PROFESSORES AUTORIZADOS DE DISCIPLINA PAD-V										
	40 HORAS									
Formação Padrão Nível I Nível II Nível III Nível IV Nível V										
Licenciatura Curta	С	290,86	305,40	320,67	336,71	353,54				
Licenciatura Plena	D	360,00	378,00	396,90	416,75	437,58				
Especialização	Е	443,04	465,19	488,45	512,87	538,52				
Mestrado	F	540,21	567,22	595,58	625,36	656,63				
Doutorado	G	664,99	698,24	733,15	769,81	808,30				

VENCIMENTOS DE PROFESSORES AUTORIZADOS DE DISCIPLINA PAD-V										
	20 HORAS									
Formação Padrão Nível I Nível II Nível III Nível IV Nível V										
Licenciatura Curta	С	145,43	152,70	160,34	168,35	176,77				
Licenciatura Plena	D	180,00	189,00	198,45	208,37	218,79				
Especialização	Е	221,52	232,60	244,23	256,44	269,26				
Mestrado	F	270,10	283,60	297,79	312,67	328,31				
Doutorado	G	332,50	349,13	366,58	384,91	404,16				

### **ANEXO III**

CARGOS POR GRUPO	QUANTIDADE
GRUPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DE ENSINO NÍVEL MÉDIO	
- Prof. de Ensino Fundamental PAD - IV - 40 Horas	46
- Prof. de Ensino Fundamental PAD - IV - 20 Horas	02
GRUPO TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	
- Professor Licenciatura PAD - V - 40 Horas	05
- Professor Licenciatura PAD - V - 20 Horas	05
TOTAL	58

	DETALHAMENTO DO QUADRO DE PROFESSORES PAD - V	QUANTIDADE
-	Professor Licenciatura PAD - V - Português/Literatura	03
-	Professor Licenciatura PAD - V - Matemática	03
-	Professor Licenciatura PAD - V - História	01
-	Professor Licenciatura PAD - V - Inglês	02
-	Professor Licenciatura PAD - V - Geografia	01
T	OTAL	10



# ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS Rua Eugênio Costa, 72 – CEP 59808-000 – Telefax. 398 0020 C. G. C. 01.613.858/0001 - 94

ANEXO IV

CÓDIGO	CARGO COMISSIONADO	VAGAS	VENC. R\$	Gratific. até 200 alunos	Gratific. até 500 alunos	Gratific. acima de 500 alunos
	Diretor Municipal	01	363,55	10%	15%	20%
	Coordenador Pedagógico	01	299,66	10%	15%	20%
	Diretora Escolar	02	363,55	10%	15%	20%
	Sec. Mun. Educação	01	530,00	10%	15%	20%
	Supervisor Escolar	01	299,66	10%	15%	20%
	Coordenador da Merenda	01	299,66	10%	15%	20%